

ÁREAS PRIORITÁRIAS

PLANEJAMENTO SISTEMÁTICO DA CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE DE MINAS GERAIS

Copam - 2025





POR QUE PRIORIZAR ÁREAS?

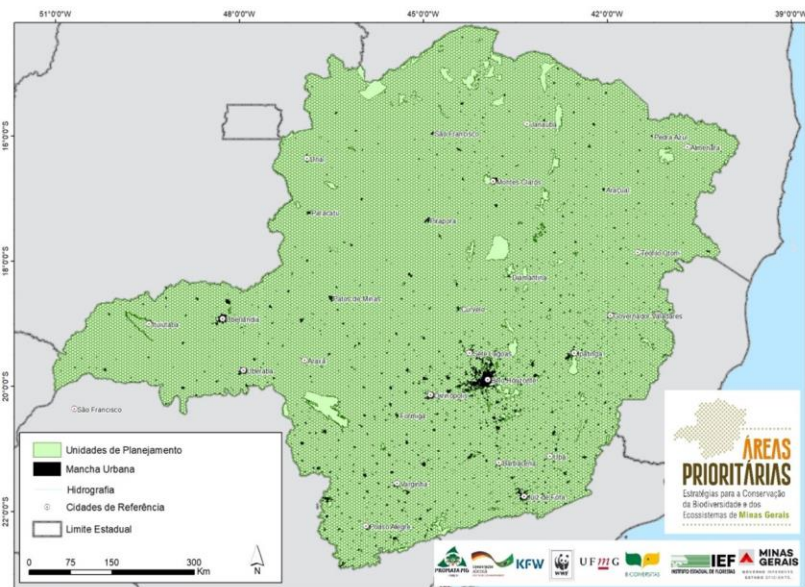
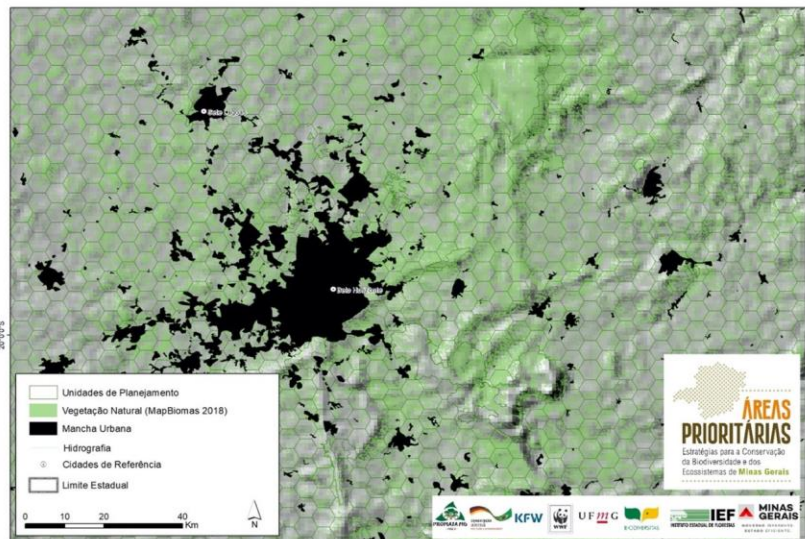
- Território extenso e complexo + ecossistema degradado + recursos limitados
 - Concentração da ação do Estado - áreas mais críticas e com maiores chances de sucesso
 - Maximização dos ganhos ambientais por recurso investido
- Instrumento atual defasado - Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação (2005)
- Compromisso legais
 - Lei nº 20.922 / 2013
 - Deliberação Normativa Copam nº 55 / 2002
 - Convenção de Diversidade Biológica



ATORES INSTITUCIONAIS PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- IEF, Feam, Igam e Semad – KfW/Promata II
- WWF-Brasil, UFMG e Fundação Biodiversitas
- Comunidade científica
- Usuários econômicos dos recursos naturais
- Sociedade civil organizaada
- Cinco oficinas presenciais e seis rodadas de consultas remotas
- 120+ pesquisadores
- 400+ participantes
- 90+ instituições

UNIDADES DE PLANEJAMENTO



- ▶ Partições do território em unidades indivisíveis que serão priorizadas ou não
- ▶ 26.950 hexágonos de ~2300 ha - resolução análoga a escala 1:1.000.000
 - Melhor escala já usada no Brasil
 - AP da União 1: 10.000.000;
 - Lei da Mata Atlântica 1:1.250.000 (2020) 1:5.000.000 (2005)
 - Limite dado pelos dados de ocorrência e ausência de espécies
- ▶ Unidades de Conservação de Proteção Integral + RPPN > 500 ha
- ▶ Sítios Baze - últimos refúgios espécies CR
- ▶ Exclusão de todas as manchas urbanas



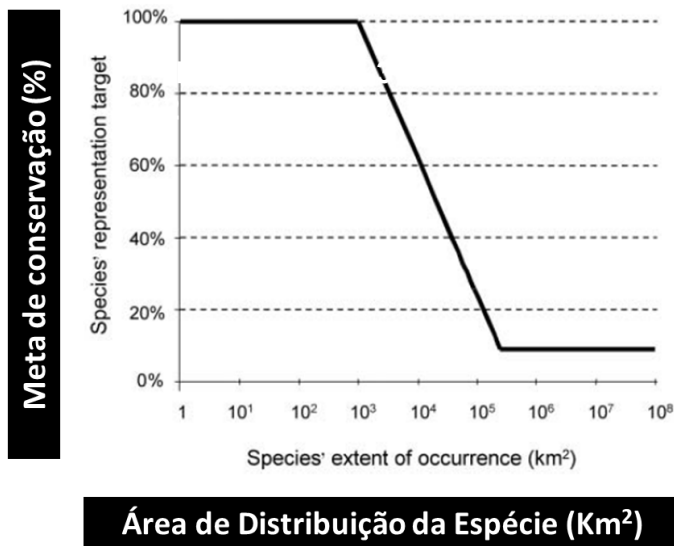
ALVOS

O QUE CONSERVAR?

- ▶ Espécies ameaçadas, raras ou endêmicas
 - ▶ > 3.000 espécies
 - ▶ > 26.000 registros
- ▶ Diferentes tipos de ecossistemas e habitats do estado
 - ▶ > 10 bases cartográficas de meio físico (solos, rocha, hidrografia, relevo, clima etc.)
- ▶ Bens e serviços ecossistêmicos
 - ▶ Recarga hídrica
 - ▶ Proteção de mananciais de abastecimento público - adensamentos de 200 mil habitantes ou mais

METAS

QUANTO CONSERVAR?



- ▶ Persistência dos alvos
 - ▶ Áreas de habitat necessárias à sobrevivência das espécies
 - ▶ Extensão de vegetação ripária necessária à proteção de um corpo d'água
 - ▶ Conservação de pelo menos 17% dos diferentes ecossistemas terrestres – Meta de Aichi 11
- ▶ Conectividade terrestre e aquática - formação de corredores de habitat

CUSTOS

OTIMIZANDO RESULTADOS



**MAIOR
CUSTO**

Fatores que dificultam a gestão para a conservação e restauração - repelem a seleção da UP

- Usos alternativos do solo
- Vetores de propagação
- Conflitos já estabelecidos

Fatores que facilitam a gestão para a conservação e restauração - atraem a seleção da UP

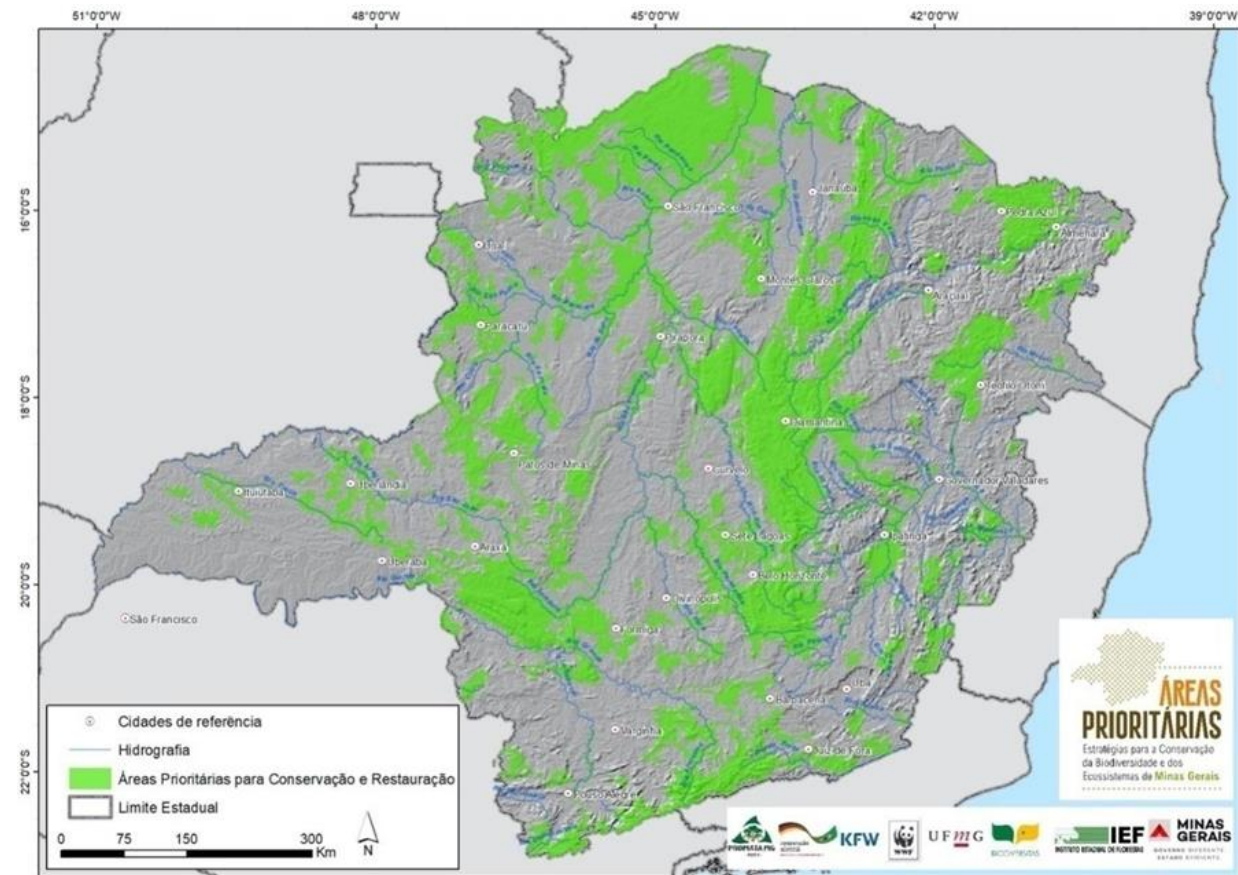
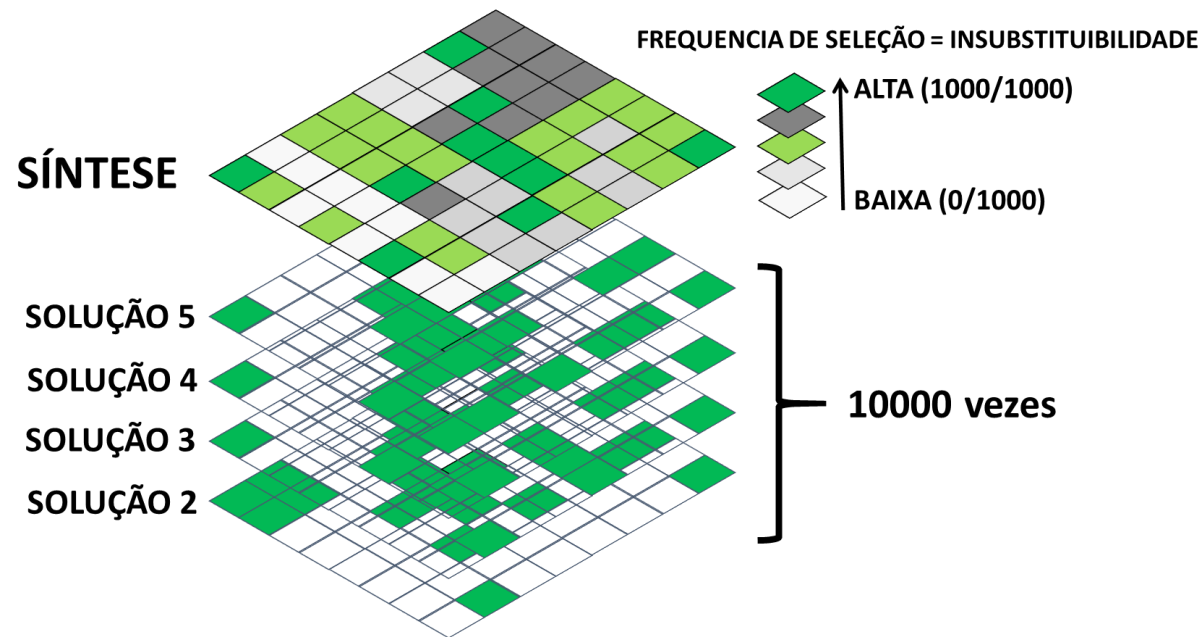
- Áreas de vocação econômica para o turismo e outros usos indiretos
- Terras de domínio público
- Áreas de vocação para uso direto sustentável



**MENOR
CUSTO**

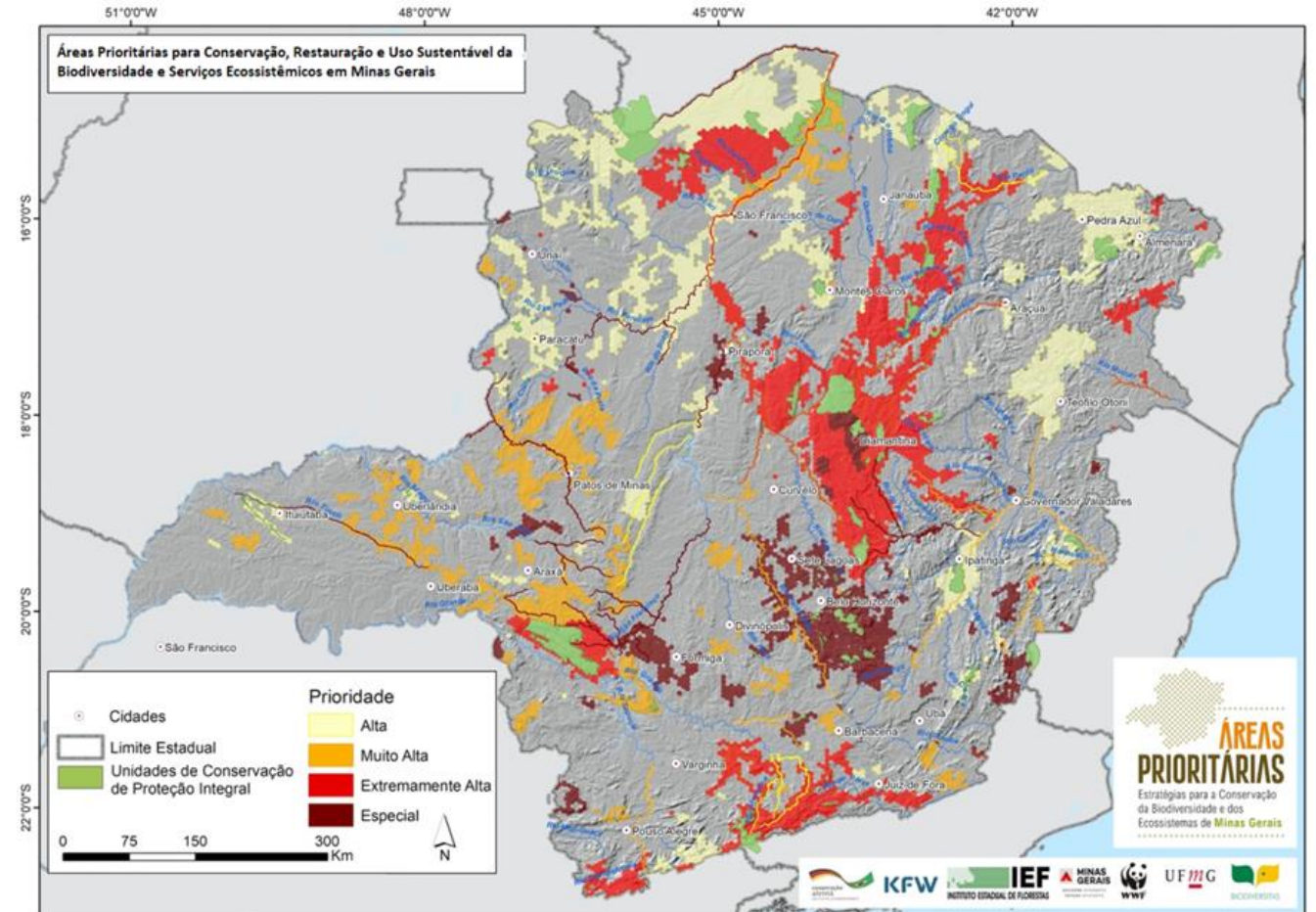
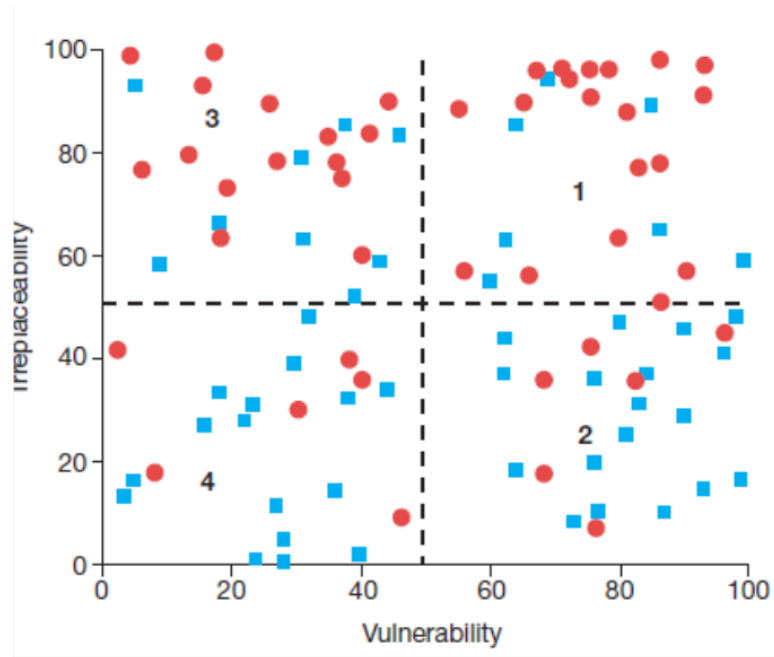
SOLUÇÃO ÓTIMA

ÁREAS NEGOCIÁVEIS VS ÁREAS INSUBSTITUÍVEIS



ÁREAS PRIORITÁRIAS

RANKING - INSUBSTITUÍBILIDADE VS VULNERABILIDADE



COMPARAÇÃO 2005-2025

- ▶ Redução da área total de 16.38 Mha para 15.32 Mha -8.3%
- ▶ Aumento na cobertura natural em AP de 7.79 Mha para 8.89 Mha + 14,1%
- ▶ Aumento na proporção de vegetação natural atual de 47,5% para 59,1% +24,3%
 - ▶ Escala do dado não permite redução adicional de áreas antropizadas
 - ▶ Espécies e processos ecológicos dependem das áreas antropizadas
 - ▶ Boa gestão das áreas antropizadas influencia o estado de conservação das áreas naturais

BIODIVERSITAS 2005	%
A - Atividades Minerárias	29,5%
B - Atividades Industriais/Indústria Metalúrgica e Outra	22,3%
C - Atividades Industriais/Indústria Química	18,2%
D - Atividades Industriais/Indústria Alimentícia	16,8%
E - Atividades de Infraestrutura	25%
F - Gerenciamento de Resíduos e Serviços	19,2%
G - Atividades Agrossilvipastoris	8,5%

PROJETO ÁREAS PRIORITÁRIAS 2019 (atualizado)	%
A - Atividades Minerárias	26,2%
B - Atividades Industriais/Indústria Metalúrgica e Outra	8,6%
C - Atividades Industriais/Indústria Química	6,3%
D - Atividades Industriais/Indústria Alimentícia	3,6%
E - Atividades de Infraestrutura	12,4%
F - Gerenciamento de Resíduos e Serviços	5,4%
G - Atividades Agrossilvipastoris	3,5%



MAPAS TEMÁTICOS

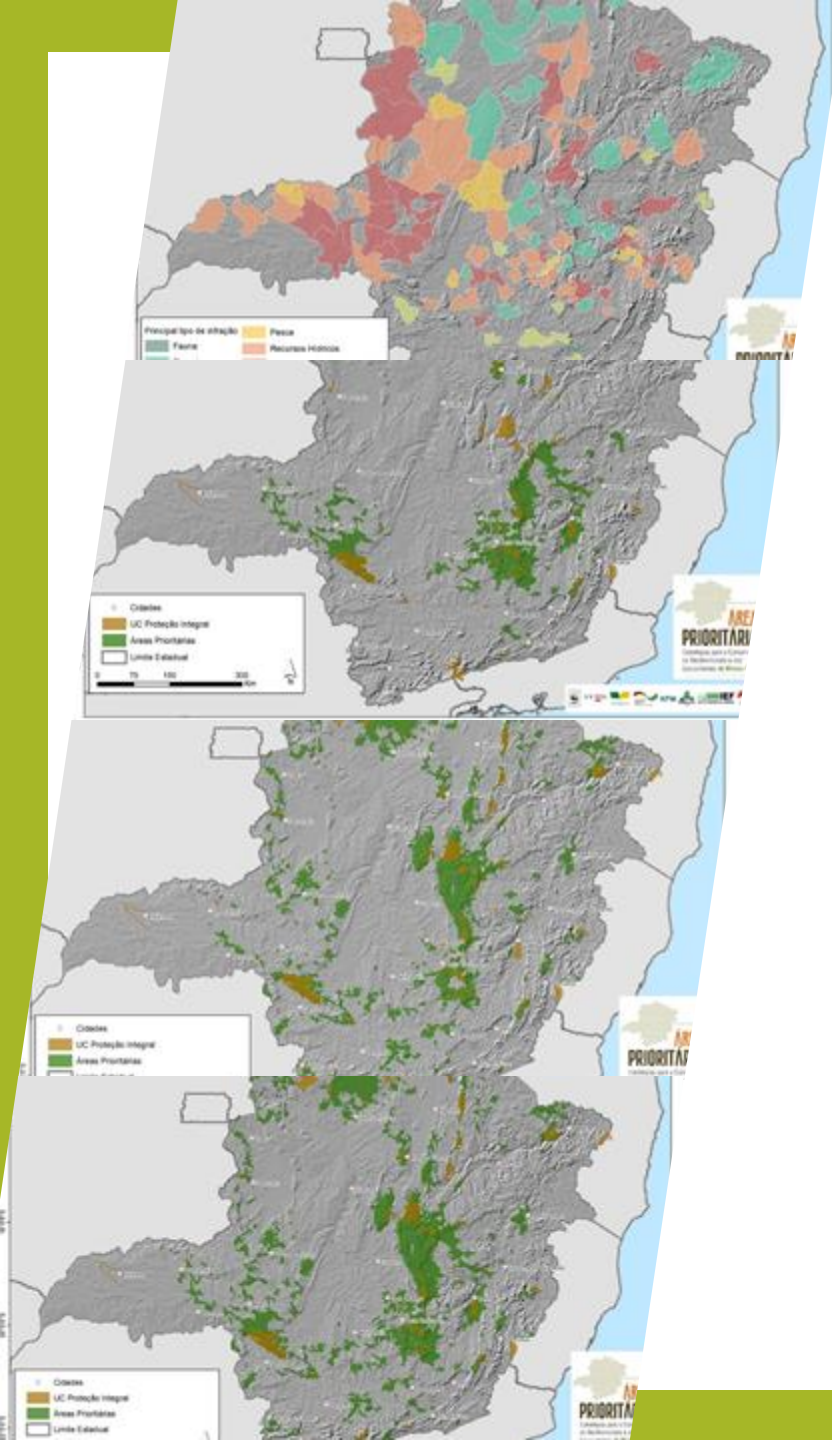
ORIENTANDO POLÍTICAS SETORIAIS

- Biodiversidade aquática e recursos pesqueiros
- Restauração de ecossistemas degradados
- Criação e gestão de áreas protegidas
- Extrativismo e povos tradicionais

MAPAS TEMÁTICOS

ORIENTANDO POLÍTICAS SETORIAIS

- Educação ambiental
- Fiscalização
- Segurança hídrica
- Adaptação à crise climática





PROPOSTA NORMATIVA

- O documento “Áreas Prioritárias: Estratégias para Conservação da Biodiversidade e dos Ecossistemas de Minas Gerais” norteará as diferentes políticas públicas de conservação da biodiversidade e a Estratégia e Plano de Ação Estadual de Biodiversidade
 - A ação do Sisema deverá ser prioritariamente concentrada nas áreas prioritárias
 - Políticas públicas poderão ser implantadas em não prioritárias quando tecnicamente adequado e mais oportuno
- As Áreas Prioritárias serão subsídios técnicos em processos de regularização ambiental em Minas Gerais
 - Enquadramento de empreendimentos (?) - critério locacional removido da DN 217/2017
 - Desenho da avaliação de seu impacto ambiental
 - Definição de suas condicionantes ou compensações
 - Não substitui as avaliações de impacto ambiental tradicionais
 - Não deverá ser utilizado como única fonte de atestado de viabilidade locacional
- Revisões devem garantir a representatividade ecológica das áreas prioritárias e a participação efetiva da sociedade.
- Revisões não poderão reduzir Áreas Prioritárias sem comprovação técnica de ganho de efetividade para a conservação da biodiversidade.



<https://panda.maps.arcgis.com/apps/Cascade/index.html?appid=1ae43c7f95704fo8bof877bce35b5e7c>

Gerência de Conservação e Restauração da Fauna Aquática e de Pesca
Diretoria de Conservação e Restauração da Fauna
Instituto Estadual de Florestas

(31) 9-8468-2115

leandro.guimaraes@meioambiente.mg.gov.br